



CPI – estratégias de um instrumento político

Humberto Dantas ¹

Concluimos a primeira etapa associada ao fim da CPI que colocou o governo federal sob os holofotes da opinião pública em relação à forma como tratou os desafios complexos atrelados à pandemia. O relatório final é extremamente comprometedor, assim como diversos instantes se mostraram delicados para Jair Bolsonaro e seu grupo político. O intuito dessa análise não é entrar no mérito do que se apurou, mas entender a lógica política associada à CPI.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento de fiscalização que pode colocar o Poder Executivo associado a uma casa parlamentar em situação de investigado. É comum que uma comissão dessa natureza, que pode ter seu nome e siga alterados a depender da esfera de poder, olhe para prefeitos a partir das câmaras municipais, para governadores através das assembleias legislativas e para o presidente da República por meio de uma ou das duas casas do Congresso Nacional. Aqui o primeiro ponto: a CPI em questão foi instalada no Senado, onde não existe um limite máximo para esse tipo de comissão coexistir. Salienta-se tal aspecto porque existem parlamentos que limitam a existência de um total de comissões desse tipo em funcionamento, o que por vezes resulta em filas de ações investigativas.

Dito isso, outro ponto importante: a CPI, em tese, é instrumento das minorias. Isso porque basta um terço dos parlamentares de uma dada casa assinarem um pedido dessa natureza para que, em grande parte dos casos, a instalação ocorra. Mas o que parece ameaçador pode se tornar confortável. Isso porque, se a minoria é capaz de se organizar para que uma comissão ocorra, quem opera é a proporcionalidade dos partidos contidos num dado parlamento sob a indicação de componentes, em boa parte das vezes, de suas lideranças. Assim, se bastava um terço dos senadores para

a instalação da citada CPI associada à atuação do governo federal frente à pandemia do Covid-19, um Planalto estrategicamente articulado teria condições para controlar postos estratégicos como a presidência do colegiado e a relatoria dos trabalhos. Ademais, com maiorias minimamente sólidas no Legislativo e, consequentemente, no interior do colegiado, a partir de legendas apoiadoras, controlaria a convocação dos participantes e, até mesmo, neutralizaria alguns instantes ácidos. Pouco disso ocorreu.

Primeiro porque o governo peca por estratégias organizadas no universo político. Segundo porque a partir da indicação dos partidos e da instalação da comissão, comprou brigas ácidas, ironizou o papel do parlamento e foi defendido por uma turba de agitadores que em diversos instantes tentou apagar incêndios com doses extras de gasolina. Resultado: perdeu espaço político e foi envolvido no que existe de pior em matéria de resultados. Vejamos alguns exemplos com base no universo partidário.

Você diria que o presidente do colegiado, senador amazonense Omar Aziz (PSD), é governista? No instante em que seu nome foi escolhido para o posto na CPI existiam dúvidas. Seu partido, por exemplo, tem um ministro na pasta de Comunicação, em espaço constituído bem depois da posse de Bolsonaro para acomodar: aliados! O PSD não é um aliado? Suas taxas de governismo na Câmara, por exemplo, são altas.

Mas então? Então bastou que Aziz fosse atacado e ironizado para se tornar absolutamente descompromissado com qualquer tentativa

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



de ajuda ao Planalto – o que diante das descobertas talvez ficasse eticamente impossível, mas sigamos com os argumentos. O MDB, por exemplo: foi Michel Temer quem socorreu Bolsonaro em seu mais ácido ataque à democracia em 07 de setembro. É o senador pernambucano Fernando Bezerra Coelho quem lidera a pauta de interesses do Planalto no Senado Federal. Mas Renan Calheiros, na posição de relator e dentro do mesmo partido, mostrou-se adversário de primeira ordem, sobretudo quando Bolsonaro passou a visitar Alagoas com Fernando Collor a tiracolo ofendendo seu papel de relator e atacando o governador Renan Filho. Não havia como imaginar que o governo teria vida fácil na CPI, a despeito das aberrações que impôs ao país a partir de revelações associadas ao descaso, falta de cuidados e toda sorte de absurdos.

Percebamos e voltemos um passo: uma CPI é o instrumento das minorias que só funcionará de maneira muito incisiva em relação ao seu caráter de investigação atrelado ao Poder Executivo se, as minorias, não estiverem em desvantagens comuns a parlamentos governistas. No caso do Senado, nesse instante e diante dessa temática atrelada à saúde, com base nas atrocidades cometidas pelo governo, Jair Bolsonaro se tornou um alvo fácil. Sem articulação, foi possível notar o que ocorre quando a ferramenta fiscalizatória da minoria consegue reunir, dentro de uma comissão proporcional ao tamanho dos partidos, maiorias minimamente confortáveis para a construção de conclusões capazes de expor o que existe de pior vindo do Poder Executivo.

Perceba: não estamos analisando o mérito do que está desvendado pela comissão, tampouco investindo sobre o conteúdo das conclusões. Mas alguns pontos merecem atenção: o governo teve seus defensores no colegiado, mas o final das investigações trouxe algo central que o deixa muito enfraquecido. Quem defende o Planalto diz, nesse instante, que é injusto que estados e municípios não estejam igualmente acusados. Tal gesto é quase um ato de concordância com o fato de que o governo federal errou, e isso custou milhares de vidas. O ponto, nesse caso, parece ser a tentativa de indicar que não errou sozinho, algo que não lhe tira a culpa pela boca dos seus.

A partir de agora, para além de um linchamento associado à superexposição de dados e conclusões nos mais diferentes espaços da sociedade, a questão é compre-

ender o quanto isso pode, de fato, se transformar em algo concreto contra os acusados. Uma CPI não condena, ela encaminha à justiça suas conclusões. Ademais, pessoas e organizações envolvidas na realidade daquilo que foi trazido têm diante do Poder Judiciário status absolutamente diferentes. Políticos eleitos são tratados de formas distintas em relação a cidadãos comuns, por exemplo. Os agentes federais eleitos, entre si, têm posições diferentes. Mas o argumento de que Bolsonaro não poderia estar envolvido nas investigações é frágil e deve derreter. Ademais, a lei não permite que o Senado investigue estados, apesar de representar as unidades federativas como instituição legislativa no plano federal. Arrolar um governador pode trazer problemas ao documento. Ademais, é fato que questionamentos serão feitos, e a dupla composta por Ministério Público Federal e Judiciário será avaliada em seu alinhamento com o Planalto.

Mas que algo fique evidente: de fato comum a comissão expôs a eterna vaidade dos políticos que buscam construir palanques eleitorais em suas atuações, mas nesse caso a CPI trouxe elementos importantes. Ela impactou numa política pública de saúde. Não apenas por fiscalizar atos, mas por estimular práticas como a vacinação a partir de pressão parlamentar. Por fim, trouxe algo sobre responsabilidades e estratégias políticas: Bolsonaro, por mais que tenha reclamado que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o traiu ao permitir que a CPI fosse instalada, se equivocou na afirmação. Pacheco tentou retardar a ação, mas o STF o advertiu, nesse caso com razão, indicando que uma vez obtidas as assinaturas necessárias para um gesto desse tipo, não cabe alternativa que não a instalação do mecanismo. Assim: se o governo achou que se blindaria a partir de um agente, como faz com o impeachment na Câmara, que para ser levado adiante depende inicialmente de ação unilateral do presidente da Câmara, aqui não cabia escolha. Faltou, como de costume: estratégia e capacidade de articulação. E a partir disso, desvendou-se a falta de capacidade técnica e postura ética diante de descobertas tenebrosas.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.